

Resenha

“(Re) Ligar a Geografia: Natureza & Sociedade”

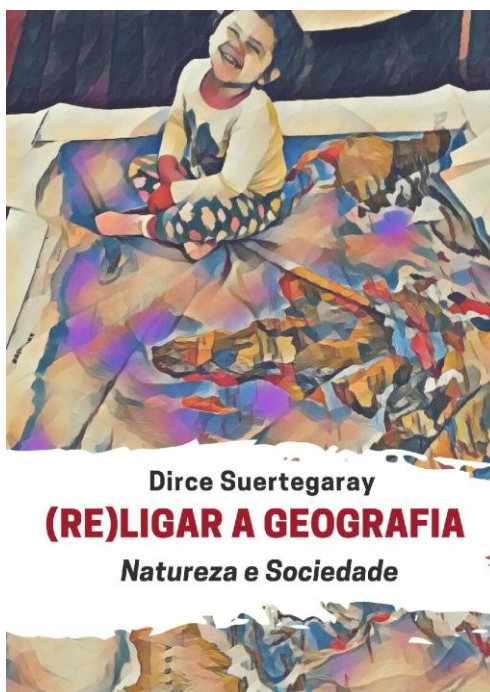
Cristiano Quaresma de Paula

Evelin Cunha Biondo

Karinne Wendy Santos de Menezes

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *(Re)Ligar a Geografia: natureza e sociedade*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017, 180p. ISBN 978-85-65886-05-5.

286



A obra “(Re) Ligar a Geografia:
natureza e sociedade” é de autoria

de Dirce Maria Antunes Suertegaray,
doutora em Geografia pela Universi-

dade de São Paulo/USP (1987) e professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (2021). Em sua trajetória acadêmica, atuou como Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, no biênio 2000-2002; Coordenadora da área de Geografia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, entre 2005-2007 e; Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, durante o biênio 2016 -2017.

Atualmente Dirce Suertegaray é professora convidada da UFRGS e docente do Programa de Pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências desta instituição. Ao longo de sua atuação profissional, contribuiu com projetos de ensino, pesquisa e extensão, nacionais e internacionais, orientou trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado, assim como produziu significativos livros e artigos científicos. Sua pesquisa de doutoramento sobre o processo de Arenização na região sudoeste do Rio Grande do Sul apresentou a ciência geográfica um novo quadro interpretativo, onde trabalhou a interface existente entre a natureza/sociedade de forma dialética.

Pode-se afirmar que as suas obras são sobretudo de contribuição epistemológica à Geografia, e retratam os caminhos teórico-metodológicos adotados pela autora nas pesquisas acadêmicas em sua trajetória como professora e pesquisadora, principalmente nas linhas de

pesquisa sobre Arenização/Desertificação e Geografia/Ambiente.

“(Re) Ligar a Geografia: natureza e sociedade” expõe reflexões que integram a trajetória da autora, sobretudo a partir dos anos 2000. Os capítulos oferecidos ao leitor são resultados de falas proferidas em eventos nacionais e internacionais, e textos inéditos. Em conjunto, apresentam uma argumentação forte sobre os rumos da Geografia enquanto ciência integradora da sociedade e natureza, e põem em pauta compreensão sobre a epistemologia da Geografia a partir de sua expertise — os estudos da natureza.

A linha argumentativa do livro parte da Geografia e da concepção de natureza enquanto externa ao homem, enaltecendo sua contínua artificialização e transfiguração. Rompe com a ideia de que homem e natureza estão separados, herança do pensamento ocidental, ao compreender a naturalização do homem ou a socialização da natureza. Retoma o conceito de metabolismo como expressão da relação homem e natureza e da questão ambiental para oferecer uma possível base para o entendimento de impactos ambientais. Nesse sentido, apresenta a falha metabólica como ruptura, ou seja, como decorrente do processo de socialização da natureza pelo homem, via trabalho, que evidencia a distinção entre valor de uso (povos originários e tradicionais) e valor de troca (sociedades capitalistas). Assim, embatem as

formas de entendimento da natureza (percebida, concebida e representada), cujos conceitos são resultados de construções sociais/culturais.

Interessa então, compreender o “espaço da natureza” relacionado aos fenômenos físicos e/ou naturais e a “a natureza do espaço (geográfico)”, produzido, o qual inclui as instâncias natural e social. No espaço geográfico, a natureza natural se transforma em natureza produzida socialmente. Na Geografia, os “estudos da natureza” se expressam de diferentes formas e revelam a concepção de natureza e de mundo de quem a analisa: desde estudos específicos que revelam a origem e a dinâmica da natureza em si até estudos de articulação natureza e sociedade, sob a ótica do ambiente.

O primeiro capítulo **“Geografia Física: de onde viemos para onde vamos?”** objetiva responder quais foram os caminhos traçados pela Geografia Física e quais serão as suas perspectivas no futuro. Em diálogo com autores preocupados em definir o campo, como Kant, Humboldt, De Martonne e Birot, a autora propõe que a Geografia Física se constitui historicamente como: diferenciação de elementos naturais e/ou paisagens e articulação com as leis gerais; paisagem natural enquanto forma, funcionalidade e transformação; relação de causa e efeito entre formas e processo; e conjunto de elementos físicos. Avançando, reflete que na atualidade não se percebem grandes variações nessas dimensões analíticas, à exce-

ção da substituição das análises nos estudos da natureza pela valorização dos estudos da forma, da dinâmica, da funcionalidade com vistas a decifrar os problemas decorrentes de seu uso e subordinação. Quanto ao método, alerta que o sistemismo constituiu-se hegemônico. Entretanto, ele não suplantou a dificuldade da articulação natureza/sociedade – Geografia Física/Geografia Humana. Finaliza advogando que a discussão sobre a formação dos geógrafos é fundamental, pois, permite pensar sobre as consequências dessa tradição frente ao mundo contemporâneo.

O texto **“A Geografia Física no início dos anos 1990”** aponta que a discussão ambiental foi um aspecto emergente nos estudos presentes nos anais do Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada de 1991. A autora busca construir uma análise que vai além dos dados numéricos, mas que objetiva a realização de uma abordagem dos temas dominantes do simpósio. Deste modo, a disposição dos textos ocorre por meio da temática dos trabalhos. Com base nisso, ressalta-se a necessidade de resgatar elementos imprescindíveis para a discussão da Geografia, aos quais os Geógrafos Físicos poderiam incluir em suas pesquisas, pois mostram o aumento dos estudos ambientais através da Geografia Física e a continuidade, e o aprofundamento nos estudos da natureza.

Em **“Um antigo (e ainda atual) debate: a divisão e a unidade da Geografia”**, a autora propõe refletir so-

bre a relação sociedade-natureza, demonstrando que essa articulação ultrapassa o objeto geográfico e se torna uma condição para o entendimento do mundo contemporâneo, tentando contribuir para uma visão não compartimentada da Geografia. Inicialmente, expõe a transição que fundamenta a produção científica da separação homem-natureza e discorre sobre a manutenção da Geografia com status científico, visto que é naquele momento, com o positivismo, que a Geografia se coloca como ciência de interação entre sociedade e natureza. Consequentemente, para permanecer neste contexto científico, mantém-se a partir de sua própria divisão: Geografia Física e Geografia Humana. Apesar disso, para a Suertegaray, existem possibilidades de articulação dentro da própria ciência geográfica, daí acredita na (re)ligação da Geografia — argumento que dá origem ao nome do livro. Ela defende que a Geografia deve construir-se unitária, objetivando desvendar as articulações não reveladas entre a natureza e a sociedade. Sob uma perspectiva conceitual, internamente à Geografia, tem-se a capacidade para realizar algumas conexões. Entretanto, ressalta que não se libertou da influência da cultura, que pensa a natureza como externalidade. Por fim, reflete sobre o saber ambiental como capaz de promover conexões e a possibilidade de pensarmos o espaço geográfico através do conceito de ambiente.

O capítulo **“Geografia, Geografia Física e/ou Geomorfologia?”** traz um conjunto de dez afirmações que refletem sobre a temática da natureza na Geografia, tendo como centro das discussões a Geomorfologia e a Geografia Física, condensando a discussão que a autora vem fazendo ao longo dos anos. De forma sintética, relata que no processo de constituição da Geografia Física é possível perceber que: existe ênfase na questão metodológica e uma deficiência em teorias que explicam a natureza em simultâneo; há uma distinção entre o que é definido como o objeto da Geomorfologia e suas referências conceituais e teóricas no tocante a Geografia Física; vigoram duas tendências metodológicas, uma que propõe análise integrada dos elementos físicos e outra que articula os estudos da natureza e da sociedade; os estudos da natureza são relevantes em Geografia; há a necessidade de repensar o conceito de natureza adotado, assim como avaliar a sua pertinência; vive-se em processos de subordinação e criação da natureza; as mudanças da relação do homem com a natureza advêm de suas práticas sociais; ocorreu a mudança na concepção de tempo na abordagem geomorfológica; a discussão ambiental mostra a articulação do conhecimento da natureza e da sociedade; e, por fim, a tendência atual de compreender os fenômenos conjuntamente favorece a Geografia e dificulta a consolidação teórica no campo da antiga Geografia Física.

O texto **“Geografia Física: ciência básica, ciência aplicável?”** tem o intuito de fazer uma discussão no âmbito da epistemologia da Geografia Física. Deste modo, apresenta primeiramente uma análise comparativa entre dois eventos — o EGAL (Encontro de Geógrafos da América Latina) e o ENG (Encontro Nacional de Geógrafos), para observar a aproximação entre produção acadêmica no continente e no Brasil. Posteriormente, analisa a produção da Geografia brasileira por meio de dados já publicados, para perceber a tendência após os anos 2000, dos trabalhos desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação do Brasil. Na conclusão, o texto discute o significado de ciência básica e aplicável a partir da experiência de pesquisa da autora sobre a arenização no Sudoeste do Rio Grande do Sul.

No texto **“Geografia e Geomorfologia, Implicações, Quais?”**, o caminho definido pela autora foi o de pensar questões que estão por trás da relação entre Geografia e Geomorfologia, com o propósito de mostrar, a partir de indagações, que a Geomorfologia não é um subcampo da Geografia, mas que os geógrafos contribuíram significativamente com a sua construção, diferenciando-a da perspectiva geológica. Deste modo, a Geomorfologia se expande gradualmente e incorpora outras concepções teóricas e metodológicas, à medida que é integrada em áreas diferentes do conhecimento científico.

“Tempo Geomorfológico Interfaces Geomorfológicas” aborda a relação existente entre a Geografia com a Geomorfologia, visto que o relevo é um constituinte da paisagem geográfica. No entanto, no que se refere à evolução científica, a Geomorfologia é definida como um campo específico do conhecimento. Suerregaray apresenta neste texto a diferença entre a Geomorfologia produzida pelos geógrafos e geólogos. Enquanto o geógrafo compreende o relevo a partir dos processos e formas, e os analisa por meio de uma perspectiva histórica e evolutiva, os geólogos a valorizam como um instrumento de análise. Para a autora, existem novas possibilidades de estudos da Geomorfologia, que possibilita a conjunção do natural e do social.

O capítulo **“Que natureza? Qual espaço geográfico?”** apresenta o conceito de espaço geográfico e sua relação com a abordagem da natureza. Suerregaray defende que novas concepções de espaço geográfico implicam novas concepções de natureza. Sendo assim, exemplifica que a concepção sobre a natureza na abordagem geográfica se amplia com o advento da Geografia crítica, que passa a entender o espaço geográfico como resultado de como os homens organizam a sua vida e suas formas de produção. Por conseguinte, a natureza faz parte da Geografia como meio e objeto de produção, interessando compreendê-la como natureza socializada. Alerta que se por um lado

isto favoreceu o debate epistemológico sobre a relação sociedade e natureza, de outro considerou desnecessário o reconhecimento da dinâmica da natureza. Finalmente, sistematiza três possibilidades para a leitura do espaço geográfico e sua relação com a natureza, especificamente nas abordagens sobre Geografia Física.

Compreendendo a trajetória da pesquisadora através dos textos que compõem essa obra, observa-se uma inflexão no capítulo **“Ritmos de subordinação da natureza: tempos longos... tempos curtos”**. Neste, a leitura sobre os ritmos da natureza entra em diálogo com os ritmos da sociedade — tempo que escoia e tempo que faz. Suertegaray expõe sua leitura da questão ambiental, que decorre de impactos com e sobre a natureza, primeiro como externa à sociedade e depois como tecnicizada, artificializada, ou seja, produto da própria sociedade. Assim, a autora enaltece o movimento de passagem do “território da natureza” para a “natureza do território”. Sua compreensão se sustenta na ideia de híbrido conceitual, que na leitura ambiental, tem a natureza subordinada ao desenvolvimento técnico-científico que, através da tecnologia, impõe novos tempos e promove transformações de formas e processos naturais. Entretanto, a autora atenta que as “naturezas” criadas são tão distintas quanto as sociedades/culturas que as transfiguraram, onde, de um lado, a subordinação

degrada e aniquila, e de outro recria e reinventa a natureza.

O texto **“Naturezas: epistemes inscritas em conflitos sociais”** possui como argumento central a defesa de que a construção do conceito de natureza é social, portanto, cultural. Objetiva, então, pensar sobre as apropriações da natureza e o que elas revelam. Para a autora, estas diferentes concepções estão presentes e compõem o espaço geográfico, se articulam, se negam, portanto, se tornam conflituosas. Esses conflitos são sociais, políticos e econômicos que, por sua vez, são também conflitos na forma de conceber a natureza, logo, são epistêmicos. Suertegaray advoga que a Geografia parte de um conceito de natureza hegemônico – a natureza como o outro, externo à sociedade - e que este debate está tensionando o conhecimento geográfico. Por fim, tenta articular os métodos com as ideias expostas, restando três abordagens: métodos que reconhecem a natureza como externalidade e a natureza como recurso; perspectiva metodológica que concebe o homem como natureza, no entanto, visualiza nos homens uma contínua transformação da natureza conjuntamente com e pela sociedade; e no campo da cultura, reconhece a possibilidade e diversidade do conceito de natureza.

Em **“Geografia e ambiente: desafios ou novos olhares”** encontra-se uma das contribuições fundamentais ao debate contemporâneo em teoria da Geografia no Brasil: as questões ambientais são, antes de tudo, ques-

tões territoriais. Parte do pressuposto de que para trabalhar com a dimensão ambiental, é necessário que, enquanto geógrafos, a análise esteja situada de forma diferenciada da ecológica. Sendo assim, o ambiente constitui um conceito no qual estão implicadas múltiplas instâncias (cultura, natureza, economia e política), visto que: a cultura é diversa no tempo-espaço, portanto, a natureza também é; a natureza é concebida como um conceito e sendo um conceito, constitui-se numa construção social/cultural. Acrescenta, ainda, que há relação intrínseca entre as noções de território/ territorialidades e ambiente. Desse modo, os conflitos ambientais-territoriais são sobretudo conflitos políticos. E que, conseqüentemente, são questões territoriais na medida em que o território, como espaço da apropriação política, se vincula aos recursos, a sociedade e suas manifestações. A autora apresenta dois exemplos que permitem conceber as diferentes instâncias envolvidas nas questões ambientais e demonstram que essas disputas são sobretudo territoriais.

No capítulo **“Pesquisa de Campo em Geografia”**, a autora expõe uma reflexão didática a respeito do trabalho de campo enquanto processo de pesquisa característico da ciência geográfica. Originária da Campanha do Rio Grande do Sul, retoma a expressão “campear”, que significa procurar algo. A construção desse procedimento de procura é orientada a partir de quatro momentos. Em um

primeiro momento, expõe que “o que pesquisar” e a “relação com o objeto” estão intrinsecamente relacionados com o método de pesquisa adotado, aliás, pensar o campo sob diversas perspectivas de método constitui a principal contribuição deste capítulo. No segundo, destaca os instrumentos que auxiliam nessa procura. Quanto às ferramentas de SIG, enaltece que esse arsenal não pode ocupar o espaço do pesquisador enquanto sujeito da pesquisa. Já no terceiro, entende o trabalho de campo como um instrumento de análise geográfica que permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo. Contudo, alerta que a ciência tem se tornando suporte do processo produtivo, logo pode ser direcionada segundo os interesses do uso privado — daí a importância do método. No último momento, a autora, a partir de pesquisas mais recentes com ribeirinhos, ressalta que além de ajuizar o “porque fazemos campo”, faz-se necessário refletir sobre “com quem faremos campo”. Assim, ressalta a importância do trabalho de campo estabelecido em diálogo com as comunidades envolvidas, fazendo uso de técnicas participativas como os mapeamentos comunitários.

Para finalizar, é importante destacar que o livro não apresenta um guia para (re)ligar a Geografia, mas expõe reflexões a partir da trajetória de pesquisa da autora. Logo, provoca aos geógrafos a também realizarem esse exercício e prospecta-

rem possibilidades de “fazer” Geografia de forma que sociedade e natureza estejam integradas na análise. Além disso, importa salientar, como apontado no prefácio da obra, que “simplicidade, rigor e compromisso” expressam a contribuição da autora

nesse empreendimento de “(Re) Ligar a Geografia: Natureza & Sociedade”.

Cristiano Quaresma de Paula é professor no curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). **E-mail:** cqpgeo@gmail.com

Evelin Cunha Biondo é professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **E-mail:** evelinb@gmail.com

Karinne Wendy Santos de Menezes é doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **E-mail:** karinnewendy@gmail.com